PROJETO DE LEI Nº DE 2012
(Do Sr. ALEX CANZIANI)

Altera a Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008, que regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O parágrafo único do art. 5º da Lei no 11.738, de 16 de julho de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“§ 1º. O piso salarial nacional do magistério público da educação básica será reajustado anualmente, no mês de maio, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC nos doze meses anteriores à data do reajuste, acrescido do percentual de 1/3 (um terço) do crescimento do valor aluno ano nacional do Fundeb, apurado nos dois exercícios anteriores à data do reajuste.

§ 2º. Em caso de o percentual de 1/3 (um terço) da variação do valor aluno ano nacional do Fundeb for menor que 3,5% (três e meio por cento) a correção do piso salarial nacional do magistério contemplará o INPC apurado nos doze últimos meses acrescida de 3,5%.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Durante o trâmite da lei 11.738 de 2008 no Congresso Nacional percebeu-se que o artigo 5º não era preciso para estipular o formato de correção anual do piso do magistério. O governo enviou o projeto de lei 3.776 de 2008 atrelado o reajuste à variação da inflação, adotando o INPC como indexador. Neste formato, o projeto foi aprovado na Câmara, mas no Senado foi alterado novamente para a variação do Fundeb, considerando os dois exercícios anteriores. Quando retornou para a Câmara, o projeto 3.776 de 2008 corrido pelo Senado foi rejeitado na Comissão de Finanças e Tributação. Um recurso, assinado por parlamentares, remeteu o projeto para a mesa da Câmara onde aguarda para ser apreciado pelo plenário.

Acontece que tanto correção pela inflação como pelo Fundeb não é boa para a realidade da educação brasileira. Corrigir o piso (vale lembrar que a lei determina piso para professor com formação em nível médio e que esteja no começo da carreira) pela inflação não provocará efeito positivo para recuperar o poder aquisitivo do magistério reduzido drasticamente nas duas últimas décadas. Entretanto, utilizar o Fundeb é inadequado porque não haverá suporte orçamentário-financeiro nos estados e municípios. A inflação no ano passado foi de 6,08% (INPC) e o orçamentos de estados e municípios cresceu em média 10%. Logo, 22% (variação do Fundeb) está acima do limite da responsabilidade fiscal e orçamentária do gestor. Além disso, na prática o percentual elevado provoca um resultado indesejável uma vez que não caberá nos orçamentos municipais e estaduais aplicar o mesmo percentual para professores que ganham o piso e para os demais, isto é, aqueles que já têm mais tempo de serviço e que já cursaram ensino superior, pós, mestrado, doutorado. Então haverá reajustes diferentes o que provocará achatamento nas carreiras.

Propomos com esta iniciativa, atrelar o reajuste do piso a duas variáveis: Inflação; independente de qualquer que seja a situação econômica do país e seguindo a tradição consagrada nas últimas duas décadas e meia no Brasil todo trabalhador deve contar com a reposição anual das perdas inflacionárias. Ganho real; para recuperar o poder aquisitivo do magistério, cálculos do Ministério da Educação que subsidiaram a construção do projeto de lei 8.035 de 2010 que trata do Plano Nacional de Educação apontam que o professor ganha em média, ao longo da sua carreira, 35% a menos que profissional de outra área com formação equivalente. E a meta 17 do PNE prevê equiparar o salário do professor com os demais profissionais. Neste aspecto a proposta sugere a aplicação (além da inflação) de um percentual equivalente a 1/3 da variação do valor aluno ano Fundeb, considerando os dois exercícios anteriores ao do reajuste. Se 1/3 do crescimento do Fundeb for igual ou menor que 3,5% será aplicado este percentual mais a inflação. Por quê? A meta é equiparar o salário do professor ao longo de 10 anos, o que significa garantir um ganho real de no mínimo 3,5% a cada ano de vigência do PNE. Vale ressaltar que além deste reajuste do piso o professor será contemplado pelo plano de carreira a partir do momento que se tornar estável (ao final do estágio probatório) usufruindo dos benefícios da carreira: progressão por tempo de serviço, ascensão por titulação e promoção por merecimento. Estas previsões também provocarão elevação do vencimento. E aplicar variação de 1/3 do crescimento do Fundeb considerando os dois exercícios anteriores se dá pelo fato de que aí haverá definição de valores realizados e não apenas projetados o que evitará degraus provocados por sustos econômicos

Sala das Sessões, em de de 2012

Deputado ALEX CANZIANI